

“Acredito que o mar nos abre uma nova janela

É já este sábado, dia 29, a partir das 17 horas, que o livro “O Mar no Século XXI” é apresentado no Casino Figueira.

Da autoria do comandante figueirense Armando José Dias Correia, “O Mar no Século XXI” foi o pretexto para o Figueirense conversar com o seu autor sobre tudo: da sua infância e juventude na Figueira da Foz à sua carreira e ao futuro de um país voltado para o mar.

NASCEU NA FIGUEIRA DA FOZ E AQUI ESTUDOU ATÉ INGRESSAR NA ESCOLA NAVAL. COMO FOI A SUA INFÂNCIA E JUVENTUDE NA FIGUEIRA?

Eu nasci em 1966 em S. Julião da Figueira da Foz, na bem conhecida “Casa da Mãe”. Vivi até aos 18 anos numa aldeia que se chama Serra de Castros, da freguesia de Maiorca. Concluí a escola primária em Maiorca e, com 10 anos, fui estudar para o ciclo preparatório Dr. João de Barros na Figueira. Frequentei depois a Escola Secundária Bernardino Machado, onde completei o 12º ano.

Guardo boas memórias da vida livre no campo, das aventuras que partilhei com os meus dois irmãos mais novos, por locais que hoje estão radicalmente alterados pelo abandono das terras e pelas novas vias rodoviárias que entretanto se fizeram.

Venho com regularidade à Figueira, mais propriamente a Alhadas, onde tenho uma casa. Venho para visitar os meus pais e a família da minha mulher. Venho também porque me sinto bem nesta terra que tem tudo: sol, vento, mar, serra, rio, praia e campo.

O QUE O LEVOU A IR PARA A MARINHA?

Quando estava no 12º ano não sabia se devia optar por uma carreira militar ou por um curso de engenharia. Aconteceu que se gerou uma dinâmica na minha turma do 12º ano no sentido de concorrermos à Escola Naval. Foi assim que eu e mais dez outros colegas resolvemos fazer as provas de entrada para a Escola Naval. Em 1985 houve 615 candidatos para 45 vagas no curso de Marinha. Entrámos dois e, actualmente, apenas eu continuo a servir o País na Marinha.

A minha vocação para ser militar nasceu muito cedo. Em pequena manufaturava em madeira, dizem que com muita perfeição, imitações de armas, com as quais brincava com os meus amigos. Também fabricava navios de carrasca de pinheiro a partir de imagens dos livros de aventura da colecção “Falcão”, nomeadamente do “Major Alvega” e do “ENE 3”.

Também me motivou a ideia de viajar, de conhecer o mundo, coisa que eu imaginava, especialmente, quando olhava para o mar em frente à Figueira.

COM 44 ANOS CONTINUA A ESTUDAR?

Sim, penso que todos devíamos continuar a estudar ao longo da vida. A Marinha promove esta atitude já que os meios modernos que existem nos navios requerem conhecimentos avançados sobre os mesmos. Só estudando podemos perceber como funciona o mundo em que vivemos, tenho a certeza, por exemplo, que se as pessoas estudassem um pouco o seu mar veriam as potencialidades que ele tem, queriam o seu aproveitamento e assim também a sua segurança. Eu, além da licenciatura da Escola Naval, em ciências militares navais, já fiz um mestrado em informática na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e um mestrado em estratégia no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa. Estou actualmente a frequentar o doutoramento em Estudos Estratégicos no ISCSP.

ACTUALMENTE É O COMANDANTE DO N.R.P. BÉRRIO. QUAIS SÃO, NA PRÁTICA, AS SUAS RESPONSABILIDADES? COMO SE DIVIDE O SEU TEMPO?

Ser comandante de um Navio da República Portuguesa é a ambição mais natural de um Oficial da Marinha, é uma grande honra. O comandante do navio é, em termos genéricos, o responsável pelo cumprimento das missões atribuídas ao navio, garantindo a sua condução em segurança. O NRP Bérrio é um navio de reabastecimento de esquadra com 140 metros de comprimento e cerca de 11 mil toneladas de deslocamento, é o maior navio da Marinha Portuguesa. O seu nome é uma homenagem a um dos navios da frota de Vasco da Gama. Antes de ser adquirido ao Reino Unido, em 1993, o Bérrio, que então estava armado com a designação “RFA Blue Rover”, participou, por exemplo, na Guerra das Falkland em 1982.

Este navio singular na nossa Marinha é essencial para o reabastecimento de outros navios que se encontrem em missões durante muitos dias seguidos. Recordo um exemplo, bem conhecido de todos, que foi o seu empenho na missão de repatriamento de con-



dados da Guiné Bissau, em 1998.

O meu empenhamento a bordo depende da situação do navio. Quando o navio se encontra em estação naval na Base Naval de Lisboa oriento o meu Oficial Imediato na condução de acções de manutenção do navio e de preparação dos 70 elementos da guarnição para a operação do navio. Nestas circunstâncias estabeleço também as necessárias ligações, com os órgãos da Marinha de que dependo, para o aprontamento do navio. Quando o navio se encontra a navegar tenho de estar bem mais atento, pois o comandante está sempre vigilante a tudo o que se passa dentro e fora do navio, sempre pronto a tomar as decisões que as circunstâncias possam exigir.

A FIGUEIRA DA FOZ ESTÁ, NA SUA OPINIÃO, A APROVEITAR BEM AS SUAS POTENCIALIDADES LIGADAS AO MAR? PORQUÊ?

Não conheço bem as dinâmicas que se têm estado a gerar em torno das actividades marítimas na Figueira da Foz.

Vejo que o Porto da Figueira da Foz tem evoluído muito desde os meus tempos de juventude, gosto muito de ver a actual zona ribeirinha. Sei que o Porto da Figueira da Foz tem estado a registar recordes de movimento portuário e acredito que tem muito potencial para a importação e exportação de produtos para a nossa região centro e mesmo para a região da Comunidade Autónoma de Castela – Leão.

Sei que o Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração (ISCIA), através do seu Departamento de Tecnologias do Mar (DETMAR), está a promover cursos superiores relacionados com as actividades marítimas. Imagino, com muita lógica, uma rede de conhecimento e acção entre o Porto da Figueira da Foz, a Universidade de Aveiro, o ISCIA, as empresas de biotecnologia de Cantanhede e outras entidades e empresas relacionadas com o mar, com os transportes, com o turismo e com outras relevantes actividades ligadas às respectivas Comunidades Portuárias. Acho que há lugar para projectos de aquacultura, como os de Mira, para o aproveitamento da energia das ondas do mar e para projectos de aproveitamento dos recursos da plataforma continental. Em paralelo, há espaço para uma nova dinâmica na construção de equipamentos para a exploração do mar. A Figueira da Foz é uma cidade com um pouco de tudo e com uma posição geográfica excepcional, por isso tem um leque alargado de oportunidades para explorar.

NESTE SEU “CONTRIBUTO PARA UMA ANÁLISE ESTRATÉGICA AOS DESAFIOS MARÍTIMOS NACIONAIS” (SUBTÍTULO DO LIVRO) PROCURA SALIENTAR O VALOR ACTUAL DO MAR EM DIVERSAS VERTENTES, DAS SUAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS AOS RECURSOS VIVOS E RECURSOS VEGETAIS, PASSANDO PELAS POTENCIALIDADES ENERGÉTICAS E PELOS RECURSOS MINERAIS, MAS TAMBÉM DESTACANDO A IMPORTÂNCIA DO MAR PARA A CIÊNCIA E PARA A ESTABILIDADE AMBIENTAL DA TERRA. CONSIDERA QUE ESTAS DIMENSÕES TÊM SIDO, PELO MENOS EM PORTUGAL, SUBAVALIADAS? PORQUÊ?

Penso que depois da descolonização nos virámos quase exclusivamente para a Europa, o que significou estarmos de costas para o nosso mar. Por esta razão fomos perdendo o conhecimento que tínhamos em diversos domínios, é disso exemplo a perda de conhecimento sobre a construção de navios. Dizem que a construção naval passou a ser feita em países asiáticos, o que é facto é que os navios tecnologicamente mais avançados são os construídos nos países do norte da Europa, onde a mão-de-obra é cara.

Com a EXPO 98 voltámos a despertar para o mar, no meu livro



elencar uma boa série de potencialidades dos recursos do mar, mas esta dinâmica está a levar muitos anos a alterar. Já há muitos diagnósticos sobre a importância que o mar pode ter no nosso futuro, é agora preciso operacionalizar esse interesse com projectos que unam, em rede, as Universidades, as Empresas e o Estado. Sei que a Marinha está preparada e vocacionada para cooperar neste desenvolvimento através da participação em projectos e iniciativas em vários domínios, especialmente no domínio da vigilância marítima, da segurança marítima, da autoridade do Estado no mar, das ciências do mar e da divulgação da cultura marítima nacional.

AINDA SOMOS UMA NAÇÃO QUE SE IDENTIFICA COM E PELO MAR, OU ESTA CONVICÇÃO É FRUTO DE UM SAUDOSISMO ANCORADO NUM PASSADO DE NAVEGADORES-HERÓIS?

Eu penso que é algo mais profundo, trata-se da cultura do nosso povo, algo que nos caracteriza e diferencia de outros povos e que perdura por gerações. A particularidade dos nossos estilos, métodos e valores, associados à cultura marítima portuguesa, bem como a singularidade do nosso pensamento intelectual, que não esquece o mar, leva-me a dizer que ele é o principal elemento forjador da identidade nacional. Recordo que o legado dessa extraordinária empresa, que foram os Descobrimentos, é uma língua universal, partilhada por oito países, que também têm em comum o mar. A região da Beira Litoral é berço de muitos dos grandes heróis dos descobrimentos. Este mar e esta língua representam os activos estratégicos mais importantes actualmente para Portugal, assim os saibamos aproveitar.

O PESO DO MAR NA ECONOMIA E O SEU IMPACTO NA GEOPOLÍTICA E NA GEOESTRATÉGIA É OUTRA DAS DIMENSÕES QUE, CRITICAMENTE, ANALISA PORTUGAL TEM, OU NÃO, CONSEGUIDO FAZER VALER AS SUAS POSIÇÕES, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA À IMPORTÂNCIA DO EIXO ATLÂNTICO PARA A NATO?

Eu penso que a nossa política externa tem sido hábil num mundo onde o que governa são os interesses e onde não existe um qualquer direito supranacional que se aplique. A verdade é que nestes novos tempos os interesses da grande potência dominante se deslocam para leste, nomeadamente para o Médio Oriente, por causa do petróleo, e para o Pacífico, onde o comércio é mais significativo do que o do Atlântico desde os anos oitenta do século passado. É preciso fazer uma leitura geopolítica do que se está a passar, perceber os grandes desafios que se avizinham, nomeadamente os que se relacionam com o acesso à energia, e saber aproveitar as oportunidades decorrentes da necessidade de assegurar a estabilidade do mundo globalizado em que vivemos. Nenhum país tem hoje os meios para assegurar autonomamente a protecção dos seus interesses, pelo que as Alianças continuam a fazer muito sentido.

Ao mesmo tempo, o Atlântico Sul começa a dar sinais de grande vitalidade e Portugal tem aí uma rede de países lusófonos que não pode descurar. Abrem-se novas perspectivas, pelo que importa identificar e aproveitar essas novas oportunidades.

No que respeita à defesa europeia, admite no livro que “Portugal poderá não vir a reunir condições para estar presente nas primeiras cooperações estruturadas permanentes” de uma Política Comum de Segurança e Defesa, e sustenta que “importa defender os cenários que melhor salvaguardem os interesses nacionais”. Pode explicar, de forma sumária, as razões desta sua convicção e que cenários são aqueles de fala?

No âmbito da NATO sempre tem havido a paridade no direito de

de esperança, assim a saibamos aproveitar”



O Comandante figueirense
Armado José Dias Correia,
junto ao N.R.P. Bérrio

voto dos Estados membros da Aliança, independentemente dos recursos disponíveis. A União Europeia, ao avançar com as cooperações estruturadas permanentes, está a incentivar uma nova forma de cooperação ainda mais estreita entre determinados Estados-Membros, os mais ricos e mais capazes, no domínio da defesa. Bem sabemos que por detrás da mobilização estão os interesses que pretendem defender. Portugal é um país com poucos recursos mas com um enorme património resultante do vasto espaço marítimo. Tem de ser muito hábil para compatibilizar as suas ambições de desenvolvimento e de liberdade de acção perante interesses que se manifestam cada vez mais em relação aos recursos do oceano. Só não é alvo de cobiça quem nada tem, o que não é o caso de Portugal.

O que eu espero é que os nossos políticos consigam compatibilizar os vários empenhamentos já existentes com os novos domínios de interesse que se avizinham com a extensão da nossa plataforma continental e com a ligação, previsivelmente maior, com os países de língua oficial portuguesa. Não podemos esquecer que o património de espaço que reclamámos junto das Nações Unidas é um caso ímpar na Europa e por isso também alvo de cobiça.

É RECORRENTE, EM CAMPANHAS QUE ANTECEDEM ACTOS ELEITORAIS, FAZER DO MAR UM ARGUMENTO POLÍTICO. CONSIDERA QUE HÁ UM APROVEITAMENTO DO CAPITAL EMOTIVO DOS PORTUGUESES EM RELAÇÃO À SUA HISTÓRIA MARÍTIMA QUE DEPOIS NÃO TEM CORRESPONDÊNCIA NA DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS DOMINANTES?

Não, eu acredito que é mesmo um novo capítulo da nossa História que se inicia. Penso que depois do estudo do “Hypercluster da economia do mar”, coordenado pelo saudoso Prof. Doutor Emâni Lopes, a comunidade portuguesa despertou e começa ela própria a organizar-se em torno das actividades marítimas. A tecnologia está a dar uma grande ajuda ao permitir a exploração de recursos a cada vez maior profundidade. O que eu penso é que ao nível do Estado é necessário uma grande coordenação interministerial por forma a dirigir a vontade e os recursos nacionais para a exploração sustentada

dos recursos do mar.

A obra aborda, ainda, a relevância do mar para os Estados Unidos, Europa, Portugal e para a NATO. Afirma que Portugal “talvez fosse o país da EU que mais teria a ganhar com as oportunidades criadas pela nova Política Marítima Europeia, mas na verdade tem vindo a perder terreno em sectores fundamentais das actividades marítimas onde já foi líder mundial”. Como explica esta perda de poder, e como (se possível) reverter a situação?

Eu penso que a explicação é simples, pensámos que a Europa nos daria tudo e fomos perdendo capacidade e conhecimento em aspectos fundamentais da actuação no mar. Deixámos de ter, designadamente, portos competitivos, perdemos a capacidade de construir navios de pesca avançados, navios mercantes, navios de guerra. Se essa capacidade ainda cá residisse estaríamos agora melhor preparados para concebermos equipamentos para explorar os recursos do fundo do mar e até seríamos capazes de os exportar para outros países. Lembro, por exemplo, o caso da Noruega que tem petróleo e está a desenvolver tecnologia offshore para a geração de energia para a poder exportar.

Acredito que o nosso destino é o mar e por isso precisamos de fazer o percurso que outros países já fizeram, nomeadamente os países do Norte da Europa. Vamos, por certo, dinamizar os nossos portos e ligá-los às plataformas logísticas; vamos investir na aquacultura, na piscicultura e na certificação do pescado nacional; vamos desenvolver sistemas para explorar a energia das ondas que um dia iremos exportar; vamos estudar e desenvolver novos produtos baseados nas estranhas formas de vida que habitam o fundo do nosso mar, nomeadamente nas fontes hidrotermais; vamos explorar petróleo e hidratos de metano na plataforma continental portuguesa; vamos explorar metais ricos que começam a faltar em terra e que podem ser obtidos no mar; vamos construir navios e equipamentos de pesquisa que um dia exportaremos para outros países; vamos garantir a segurança e protecção no nosso mar pois assim os turistas virão passar férias em Portugal evitando outras paragens que se vão tornar mais inseguras; vamos ajudar os países lusófonos na perspec-

tiva do benefício comum. Muitos mais projectos se podem identificar para reverter a situação actual.

NO FINAL, APRESENTA UMA ANÁLISE PROSPECTIVA DOS DESAFIOS (POLÍTICOS, SECURITÁRIOS, ENERGÉTICOS, CIENTÍFICO-TECNOLOGICOS, ECONÓMICOS, AMBIENTAIS E CULTURAIS) QUE PORTUGAL E O MUNDO IRÃO ENFRENTAR NAS PRÓXIMAS DÉCADAS, E EM QUE O MAR «ENCERRA» MUITAS DAS RESPOSTAS OU CAMINHOS. MAS, ESCRIVE, “OS PORTUGUESES AINDA NÃO RECONHECEM NEM PERCEPCIONAM O OCEANO COMO UM RECURSO NATURAL VALIOSO, PELO QUE NÃO TIRAM DELE O DEVIDO PROVEITO”, TENDO-O COMO POUCO MAIS DO QUE “HISTÓRIA E LITERATURA”. COMO SE MUDA ESTE PARADIGMA?

Penso que esta entrevista é mais um pequeno passo para esta mudança. Pelas perguntas que me fez percebi que está muito mais desperta para os assuntos do mar. Por certo já se deu conta que em breve Portugal poderá ter um solo quase tão grande (83%) como a totalidade do solo emerso dos outros países da Europa a 27. Os portugueses querem a segurança dos seus quintais e habitações, querem a presença de polícias na rua e depois não querem perceber a necessidade de meios de sub-superfície, aéreos e de superfície para vigiar, dissuadir e investigar o que se passa num vasto espaço geo-oceânico de património marítimo com inúmeras riquezas por explorar, ou seja, para que Portugal possa exercer a sua legítima soberania sobre aquele imenso espaço, que por via do direito internacional se prevê que seja nosso.

Precisamos de revigorar o ADN do povo português, precisamos de estadistas com visão estratégica. Só teremos as capacidades necessárias para usar, explorar e proteger o nosso mar, as nossas linhas de comunicações, beneficiar da cooperação com países amigos, ter produtos para exportar, se soubermos imaginar, desenvolver e concretizar ideias que consigam integrar de forma eficaz e eficiente os elementos do Poder Nacional de que o País dispõe.

Eu acredito que o mar nos abre uma nova janela de esperança, assim a saibamos aproveitar.

Andreia Gouveia